

Terceiro Setor: as origens do conceito

Autoria: Mário Aquino Alves

RESUMO

Apesar de ser muito comentado como uma das novidades em termos de políticas públicas e provisão de serviços sociais, o chamado “Terceiro Setor” ainda é algo pouco conhecido no cenário acadêmico brasileiro. Terceiro Setor é um termo “guarda-chuva” que inclui vários tipos de organizações e no qual, ao mesmo tempo, incluem-se também diferentes marcos teóricos. O termo “Terceiro Setor”, que começou a ser utilizado na década dos 70, nos EUA, para designar o conjunto das organizações não-lucrativas, caiu em desuso nos anos 80 e ressurgiu na última década, beneficiado, principalmente pelo impulso que resultou da disseminação dos resultados do *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*. O presente artigo procura mostrar as origens do termo Terceiro Setor, em especial na literatura acadêmica anglo-saxã, e como essa literatura influenciou os primeiros pesquisadores brasileiros sobre o tema.

INTRODUÇÃO

Muito se fala sobre Terceiro Setor, mas pouco se conhece sobre esse termo. As pessoas têm, em geral, apenas algumas vagas idéias: alguns associam com ONGs, outros associam com caridade ou com obras religiosas. Há também quem associe o termo Terceiro Setor ao setor de serviços na economia. Esse desconhecimento está associado ao fato de que ainda há pouca pesquisa sobre Terceiro Setor no Brasil e, mesmo aquela que existe, pouco faz menção às origens do termo e às tradições de pesquisa às quais está relacionado.

Isso é preocupante quando se percebe que há um movimento que proclama as virtudes desse setor social, principalmente no que diz respeito à substituição do Estado na provisão de serviços públicos ou mesmo na elaboração de políticas públicas (FOLHA DE SÃO PAULO, 1996; SCHWARTZ, 1996)

É com o intuito de esclarecer melhor o que significa “Terceiro Setor”, que neste trabalho discorre-se sobre a origem do termo e as razões pelas quais ele prevaleceu – ou pelo menos tem prevalecido – sobre outros termos que, em geral, designam o mesmo fenômeno. Em seguida será apresentado o conceito de Terceiro Setor elaborado para os fins do *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* e abordagens alternativas para esse mesmo conceito. Por fim, mostrar-se-á como o termo “Terceiro Setor” surgiu no cenário acadêmico brasileiro.

TERCEIRO SETOR: O SURGIMENTO DO TERMO

A expressão “Terceiro Setor” começou a ser usada nos anos 70 nos EUA para identificar um setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos (SMITH, 1991).

Em 1972, Amitai Etzioni publicou o artigo “*The Untapped Potential of the ‘Third Sector’*”, na revista *Business and Society Review*, no qual defendia uma mudança de orientação da política social do governo Nixon que, em sua opinião, ao invés de privilegiar o setor lucrativo na

provisão de serviços sociais, deveria incentivar a criação e o fomento de organizações privadas sem fins lucrativos que assim o fizessem (ETZIONI, 1972).

Outras obras também deram ênfase à expressão “Terceiro Setor”, dentre as quais os livros: *The Third Sector: new tactics for a responsive society*, de Theodore Levitt (1973); *Giving in America: toward a stronger voluntary sector*, da Comissão on Private Philanthropy and Public Needs (1975); *The Endangered Sector* (1979); e *The Third Sector: keystone of a caring society* (1980), de Waldemar Nielsen.

Sem unanimidade entre os autores, o termo “Terceiro Setor” passou a ser menos usado nos anos 80 (SMITH, 1991) para definir o tipo de atividade de natureza não-governamental e não-mercantil. A exceção foi *Why Charity: the case for a Third Sector*, de James Douglas (1983). Em seu lugar, na literatura norte-americana, o termo foi sendo gradualmente substituído pelo termo “setor não-lucrativo” (*nonprofit sector*) (WEISBROD, 1988; JAMES, 1989; SALAMON e ABRAMSON, 1982; SALAMON and ANHEIER, 1992; SALAMON, 1994). É de se notar uma observação feita por Smith, em 1991, sobre o provável desaparecimento do termo “Terceiro Setor”: “O termo *terceiro setor* pode estar desaparecendo, embora as concepções de uma sociedade tri-setorial sejam ainda comuns” (SMITH, 1991, p. 139).

Mas o termo “não-lucrativo” também não apresetava um caráter consensual. A principal crítica que o termo recebeu (e ainda recebe) é de ter sido cunhado a partir de comparações negativas entre as ações na esfera do mercado e as ações em seu campo.

Essas negativas nos dizem mais sobre o que o setor não-lucrativo *não é* do que sobre o que ele é. Elas também derivam consistentemente de um pressuposto charmoso, mas completamente injustificado, que toda atividade sem fins lucrativos é, de alguma maneira, uma forma desviante de empreendimento comercial. (LOHMANN, 1989, p. 367).

Ainda sobre a questão da nomenclatura, é importante notar que, nas diferentes culturas nacionais, são encontrados termos como: “setor da caridade”, “setor independente”, “setor voluntário”, “organizações não-governamentais”, “economia social”, “filantropia” etc., o que cria muitas dificuldades para pesquisas que visem a estabelecer relações de semelhança entre os setores, em cada país (DIMAGGIO e ANHEIER, 1990; SALAMON e ANHEIER, 1992). Cada uma daquelas denominações enfatiza um único aspecto da realidade representada pelo “Terceiro Setor” e suas formas constituintes; e deixa de lado outros aspectos relevantes que poderiam também colaborar para explicar a dinâmica do setor (DIMAGGIO e ANHEIER, 1990).

A seguir, discutem-se outros termos que são utilizados como sinônimos de Terceiro Setor, suas diferentes conotações e seus diversos usos.

Setor de Caridade

Essa é uma denominação antiga e tradicional para o setor não-lucrativo, usada principalmente nos EUA e no Reino Unido (onde, aliás, o termo *charity* é outorgado às organizações tal como uma “declaração de utilidade pública”). Essa denominação enfatiza o aporte de doações privadas de caridade que as atividades do setor recebem. Essa definição é bastante contestada por dois motivos: a conotação negativa que o termo caridade possui uma conotação pejorativa, principalmente nos meios militantes (LANDIM, 1993); e, ocorre que as doações caridosas nem sempre constituem a única (ou mesmo a maior) fonte de receitas destas atividades (SALAMON E ANHEIER, 1997).

Filantropia ou Setor Filantrópico

Outro termo que alguns autores, principalmente dos EUA, utilizam para identificar o setor é “Filantropia” ou “Setor Filantrópico” (VAN TIL e outros, 1990; LANDIM, 1993). Segundo VAN TIL, a filantropia pode apresentar três diferentes definições (VAN TIL, 1990, pp. 33-4):

1. filantropia pode ser um processo *intencional* de ação, serviço e doação de caráter voluntário, cujo objetivo é a geração de um bem público. Aqui o importante é a intenção do doador filantropo ou do receptor dessa doação, de servir a um propósito maior para a humanidade por meio de uma contribuição particular de tempo, energia ou dinheiro;
2. filantropia pode ser um conjunto de comportamentos, em quaisquer contextos, que têm por propósito promover serviços humanitários;
3. filantropia pode ser compreendida como esfera de atividade institucional, na qual a promoção do bem público é delegada pela sociedade a organização não-governamental.

Se considerarmos o modo como os termos “setor não lucrativo” e “filantropia” são usados na literatura especializada, vê-se que, das três definições de filantropia apresentadas por Van Til, só a primeira (1) aproxima-se explicitamente do que se entende por setor não-lucrativo – justamente a acepção que enfatiza a ação individual. E essa pequena área de intersecção entre os respectivos campos semânticos não parece ser suficiente, mesmo, para garantir a plena sinonímia entre “filantropia” e “setor não-lucrativo”.

Crítica semelhante e igualmente consistente ao uso do termo “filantropia” para designar todo o setor o setor não lucrativo, parte de SALAMON e ANHEIER (1992). Para esses autores, não cabe usar como se fossem equivalentes e intercambiáveis os termos “filantropia” e “setor não-lucrativo” porque, a rigor, a “filantropia” é uma parte constituinte do “Setor Não-Lucrativo”. (SALAMON e ANHEIER, 1992, p. 5).

Se em (1), como diz VAN TIL, define-se como *filantrópica* “a intenção do doador filantropo ou do receptor dessa doação, de servir a um propósito maior para a humanidade por meio de uma contribuição particular de tempo, energia ou dinheiro” (VAN TIL, 1990, pp. 33-4), todo um importante elemento do *setor não-lucrativo* passa, imediatamente, a poder ser definido como *filantrópico*. É o que explica porque a ação social das empresas (FERNANDES, 1994), por exemplo, pareça manter um pé em cada canoa e, desta forma, tão difícil de classificar. Pela mesma razão explica-se também que se usem, também como equivalentes outros termos, também ambíguos e difíceis, ainda, de definir, como, dentre outros, “responsabilidade social das empresas” e “filantropia empresarial”.

Finalmente, é também por essa intersecção de significados e de campos semânticos ainda não satisfatoriamente descritos que, não raro, a literatura especializada confunde “Terceiro Setor” e “Filantropia Empresarial”.

Setor Independente

Esse é um termo adotado por alguns pesquisadores americanos (HODGKINSON e WEITZMAN, 1986) e militantes, que destacam a importância do papel que desempenham as organizações que se mantêm equidistantes seja da esfera do governo seja do setor comercial. Para esses autores, “Setor Independente” é termo equivalente a “terceira força”.

O termo “Setor Independente” tampouco é consensualmente aceito, uma vez que nem todos concordam com a idéia, básica naqueles autores, de que se o setor não lucrativo seja, de fato,

“independente”. Para os críticos do termo “Setor Independente”, não há como negar que o setor sem fins lucrativos *depende*, dentre outros fatores, de recursos que provêm dos setores lucrativos da sociedade (SALAMON e ANHEIER, 1997).

Setor Voluntário

Para construir o significado desse termo, enfatiza-se o trabalho dos cidadãos voluntários aos quais cabe, em muitos casos, a administração e que, em muitos casos, são muito ativos no cotidiano das organizações do setor.

É o termo mais utilizado no Reino Unido e em outros países do *Commonwealth* para designar o setor sem fins lucrativos (BRENTON, 1985). O termo tem sido criticado porque, mesmo no Reino Unido, muitas das organizações ao qual o termo tem sido aplicado são, de fato, dirigidas e operadas por profissionais (BILLIS, 1993).

Economia Social

É o termo que, na França, designa muitas organizações sem fins lucrativos (DIMAGGIO e ANHEIER, 1990). Os autores franceses – economistas e cientistas sociais – parecem ser, de fato, os que oferecem melhores recursos para que, de modo mais consistente, se possam aproximar as definições de Terceiro Setor e Economia Social (BIDET, 2000; LIPIETZ, 2002).

São os autores que adotam o termo “Economia Social” os que mais têm feito avançar a importante discussão sobre o conceito de “economia solidária”, em que se discutem formações como o cooperativismo e modalidades de autogestão (SINGER, 2002).

O termo “Economia Social”, como o usam os franceses, contudo, também aparece, na literatura, associado a outros tipos de organização que, fora da França, estão claramente definidas como organizações comerciais – companhias de seguro mútuo, caixas de depósitos, cooperativas etc. (ARCHAMBAULT, 1997). E não se podem ignorar as questões de ideologia que sobrecarregam os dois termos – “Economia Social” e “Terceiro Setor” – e que facilmente os arrastam para campos antagônicos (HADDAD, 1999).

Organizações Não-Governamentais e suas especificidades

O termo Organizações Não-Governamentais (ONGs) merece destaque dentre os vários que se utilizam como equivalentes, ou como quase-sinônimos, de “Terceiro Setor”.

ONG é termo muito freqüente, nos países em desenvolvimento, quase sempre para designar organizações que se dedicam a promover o desenvolvimento econômico e social, tipicamente no nível comunitário e de base (GARDNER e LEWIS, 1996).

Há uma vasta literatura sobre ONGs, nitidamente demarcada na literatura geral sobre organizações não-lucrativas (LEWIS, 1998).

Nesse grupo, os autores dedicam-se quase sempre a estudar questões de desenvolvimento econômico (FARRINGTON e BEBBINGTON, 1993; KORTEN, 1990; SMILLIE, 1995; CARROL, 1992), assistência internacional (HULME e EDWARDS, 1997) e mudança social (CLARK, 1991; FISCHER, 1994).

A expressão Organizações Não-Governamentais – e a sigla correspondente, ONG, no singular e no plural – tornaram-se termos “guarda-chuva”, ou seja, são usados como termo no qual se reúnem vários termos correlatos.

Para David Korten, o termo ONG reúne quatro diferentes tipos de organizações: **voluntárias**, que têm uma missão social orientada por um comprometimento; **contratadas de serviço público**, que funcionam como empreendimentos sem fins lucrativos, mas de orientação mercantil, com propósitos públicos; **organizações populares**, que representam os interesses dos membros, têm líder e, no geral, são auto-sustentáveis; e as **“gongos”** (do inglês, “governmental NGOs”), ou “ONGs governamentais”, que são criadas por governos e servem para vários objetivos de política pública (KORTEN, 1990).

Ian SMILLIE reúne um grande conjunto de definições, todas mais ou menos imprecisas, que a literatura especializada registra e difunde: organizações de desenvolvimento não-governamental; organizações de desenvolvimento privado; agências populares de desenvolvimento; organizações de afiliação (*membership organizations*); organizações de serviço privado; organizações da sociedade civil; organizações de base; organizações comunitárias de base (*grassroots organisations*); e outras (SMILLIE, 1995).

Na literatura internacional sobre desenvolvimento, encontra-se freqüentemente uma distinção operacional interessante: independente do local onde estejam situadas as sedes das organizações (Londres, Estocolmo ou Katmandu), só se designa como Organizações Não-Governamentais (ONGs) as organizações que atuem nos países subdesenvolvidos (designados, no conjunto como países “do Sul”), em questões de desenvolvimento, luta por direitos, assistência e ajuda humanitária (LEWIS, 1998). As demais organizações são simplesmente chamadas de organizações voluntárias, sem fins lucrativos, caritativas etc.

Na América Latina, o termo ONG foi adotado para designar organizações que surgiram dos movimentos sociais e das lutas contra as ditaduras que se instalaram no continente durante os anos 60 e 70 (LANDIM, 1988; FERNANDES, 1993). Isso faz com que o termo ONG tenha nessa região uma conotação muito mais politizada do que em outras partes do mundo.

Segundo FERNANDES e PIQUET CARNEIRO, a denominação ONG passou a ser empregada por volta dos anos 80, para designar várias entidades que, originárias dos vários movimentos sociais dos anos 70, vinham agregando quadros de matrizes ideológicas diversas, como o marxismo e o cristianismo, e passaram a contar com uma estreita cooperação com entidades não-governamentais internacionais (FERNANDES e PIQUET CARNEIRO, 1991).

As literaturas sobre organizações sem fins lucrativos e organizações não-governamentais (ONGs) correspondem a tradições diferentes e apontam para fenômenos que, inicialmente, parecem distintos. Por que, então, quando se fala em Terceiro Setor, esses dois tipos de organizações são tratados como pertencentes a um mesmo campo?

Quanto ao momento corrente, pode-se dizer que a tentativa mais ambiciosa para aproximar as literaturas em que se criam essas distinções e de integrar esses tipos de organização é a pesquisa internacional do *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, com os resultados a que a pesquisa chegou.

O *JOHNS HOPKINS COMPARATIVE NONPROFIT SECTOR PROJECT*

Deve-se ao *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* o “renascimento” do termo “Terceiro Setor” ou, pelo menos, a divulgação uniforme da expressão, para todo o mundo.

No final dos anos 80 e no início da década seguinte, aconteceram vários seminários (na Alemanha em 1987, em Israel em 1989 e em Indianápolis em 1992) em que se reuniram pesquisadores de todo o mundo, interessados que estavam em conhecer melhor o fenômeno emergente das organizações sem fins lucrativos, que surgiam em todo o mundo (SALAMON e ANHEIER, 1992).

Esses seminários renderam muitos frutos, dentre os quais vários livros (JAMES, 1989; ANHEIER e SEIBEL, 1990; KRAMER, GIDRON e SALAMON, 1992; MCCARTHY, HODGKINSON e SUMARIWALLA, 1992); a criação da International Society for Third Sector Research (1992); a criação do periódico acadêmico *Voluntas – International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* (1990); e projeto *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, lançado em maio de 1990.

Nas palavras de seus coordenadores, o *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* visava a “preencher as lacunas do conhecimento já antigo sobre os milhares de escolas, hospitais, clínicas, organizações comunitárias, grupos de pressão, centros de atendimento, organizações humanitárias, creches, abrigos, agências familiares, grupos ambientais e outras que constituem esse importante setor” (SALAMON e ANHEIER, 1997, xi).

Esse projeto, que se estende até os dias de hoje, tem o objetivo imediato de mensurar o impacto do Terceiro Setor sobre as economias nacionais dos diversos países pesquisados e – igualmente previsto como objetivo – visa a tornar mais visível o Terceiro Setor, nas diferentes realidades nacionais.

Para Salamon, essa pesquisa comparativa é importante porque visa a explorar também um movimento maior – uma verdadeira “revolução associativa” – que se vê acontecer desde o final dos anos 80 e na qual se insere a questão do Terceiro Setor (SALAMON, 1994).

Desde os países desenvolvidos da América do Norte, Europa e Ásia até as sociedades em desenvolvimento da África, América Latina e do antigo bloco soviético, pessoas estão formando associações, fundações e instituições similares para a provisão de serviços humanitários, promover o desenvolvimento econômico de base, prevenir a degradação ambiental, proteger direitos civis e perseguir milhares de demandas que não eram atendidas ou eram deixadas de lado pelo Estado” (SALAMON, 1994, p. 109).

Segundo Salamon, quatro crises e duas mudanças revolucionárias convergiram simultaneamente e levaram à diminuição do papel do Estado e ao crescimento das ações de caráter associativo (SALAMON, 1994). São elas: **a crise do Welfare State moderno** nos anos 80 que, nos países centrais, implicou remanejar os mecanismos de bem-estar social que, nos anos 60 e 70, haviam sido montados sob a égide do Estado; **a crise do desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo**, que se seguiu à crise da dívida externa nos anos 80 e que praticamente impossibilitou que o Estado continuasse a financiar as atividades de desenvolvimento; **a crise do meio ambiente global**, que levou à degradação crescente do meio ambiente e evidenciou a ausência de políticas públicas adequadas para enfrentar aqueles novos problemas; além disso, ao mesmo tempo, cresceu o sentimento de que esse tipo de crise requeria ação mundial, que não se centrasse em países; **a crise do socialismo** e dos partidos socialistas, principalmente depois da queda do Muro de Berlim, que mostrou o esgotamento daquele modelo de planejamento estatal para a gestão da economia; **a revolução das comunicações** a partir dos anos 70 e 80, que favoreceu a disseminação do uso dos

computadores, satélites, fax, expandindo as possibilidades de comunicação entre as pessoas; e que culminou com o surgimento da Internet, a qual, por sua vez, facilitou ainda mais a difusão do conhecimento que a própria rede passou a gerar; por fim, **o crescimento mundial dos anos 60**, que fez aumentarem as populações urbanas e criou no mundo grupamentos sociais mais exigentes e mais organizados, mais capazes para fazer valer suas demandas (uma “revolução burguesa”).

O que se vê, é que Salamon reuniu, no conceito de “revolução associativa”, fenômenos dos quais participam organizações não-lucrativas que se ligam por contrato ao setor público, de um lado, e, de outro, as ONGs que lutam pelos direitos civis na América Latina.

Da *revolução associativa*, de Salamon, é que nasce o termo “guarda-chuva” – Terceiro Setor – que logo passou a ser adotado, e no qual se preservam, sem misturar-se, muitas diferentes modalidades de ação e formas de organização. Em outras palavras, foi graças ao conceito de *revolução associativa* que o termo “Terceiro Setor” pôde ser recuperado da literatura dos anos 70, para ser usado como ponte, para explicar, em termos globais, consideradas muitas das especificidades nacionais e/ou regionais, a emergência das organizações não-lucrativas. Mediante o conceito de *revolução associativa*, os pesquisadores puderam liberar-se da pesada carga ideológica e de várias também pesadas tradições locais, que se condensavam na terminologia e na nomenclatura com as quais haviam trabalhado até então. Claro está que, a partir do momento em que o termo “Terceiro Setor” passou a ser usado, ele também – como é fatal que aconteça com todo e qualquer tipo de termos e de terminologias – passou a contribuir, também, para reideologizar todo o campo de pesquisas.

POR QUE “TERCEIRO SETOR”?

A resposta para essa pergunta deve ser buscada na lógica a partir da qual os autores citados operavam para entender o funcionamento da sociedade.

“Terceiro Setor” é termo que foi recortado no conjunto das idéias da economia clássica, para a qual a sociedade é dividida em setores, de acordo com as finalidades econômicas dos agentes sociais, entendidos como agentes de natureza jurídica pública e agentes de natureza jurídica privada (WEISBROD, 1988). Assim, agentes de natureza privada que praticam ações com fins privados (bens privados) podiam ser descritos como o “Primeiro Setor”, setor ao qual corresponderia o *Mercado*; agentes de natureza pública que praticam ações que visam a fins públicos (bens públicos) podiam ser descritos como o “Segundo Setor”, setor ao qual corresponderia o *Estado*. E, por via de consequência, agentes de natureza privada que praticam ações visando a fins públicos podiam ser descritos como o “Terceiro Setor”. Essa classificação pode ser visualmente expressa, como no Quadro 1.

QUADRO 1: SETORIZAÇÃO DOS AGENTES POR FINALIDADES

AGENTES	FINALIDADE	SETOR
Privados	Privada	Mercado
Públicos	Pública	Estado
Privados	Pública	Terceiro Setor

Adaptado de: (FERNANDES, 1994) p. 21.

Daí, numa primeira abordagem, facilmente se chega ao caminho que associa o Terceiro Setor a atividades que sejam, simultaneamente, não-governamentais e não-mercantis (não-lucrativas).

Mas – seja por motivos ideológicos seja por insuficiência das teorias – ainda não há resposta consensual a questão de saber se há alguma ordem “natural” de importância, de prevalência ou de surgimento dos três setores demarcados. Se, por um lado, a possibilidade de todos adotarem um único termo Terceiro Setor – criou condições para que diferentes tradições de pesquisa pudessem “dialogar”, o mesmo movimento de ‘reduzir para conciliar’ trouxe, para o “diálogo”, vários outros problemas que a pesquisa jamais havia enfrentado. Dentre os principais desses “novos” problemas, o problema de como tornar comparável todo o Terceiro Setor, em termos globais; e o problema de como tratar como iguais formas organizacionais tão diferentes?

Para responder a essas perguntas e poder fazer sua pesquisa comparativa no Terceiro Setor, SALAMON e seus colaboradores criaram uma definição estrutural/operacional, a partir da qual puderam identificar as organizações do Terceiro Setor que lhes interessava estudar (SALAMON e ANHEIER, 1992). Por essa definição estrutural/operacional, para o, o Terceiro Setor é constituído de organizações que apresentem, em maior ou menos grau, as seguintes características (SALAMON e ANHEIER, 1992): **formalização**, ou seja, que apresentem alguma forma de institucionalização, quer seja pelo registro público de suas atividades, quer seja por outras formas que justifiquem a sua existência formal (reuniões regulares, representantes reconhecidos, ou outras formas de regularidade estrutural); **natureza privada**, ou seja, institucionalmente separadas do Estado (organizações não-lucrativas, para este projeto, não são parte do aparato do Estado, nem são dirigidas por conselhos formados majoritariamente por representantes de governos); **não distribuição de lucros**, ou seja, se houver excedentes de natureza econômica, estes não podem ser de forma alguma repassados a sócios ou membros, mas revertidos para a própria atividade-fim; **auto-gestão**, ou seja, são capazes de controlar a gestão de suas atividades; e a **participação voluntária** quer seja em suas atividades, em sua gestão ou em sua direção.

Por essa definição estrutural/operacional, a pesquisa construiu um parâmetro mínimo de análise pelo qual se tornou possível estudar o “Terceiro Setor” em diversos países – de início em 13 países e, hoje, já em 40 países (CENTER FOR CIVIL SOCIETY STUDIES, 2002).

Os autores admitem, porém, que o setor não-lucrativo varia muito, conforme as diferentes realidades nacionais; por isso, em cada país, o projeto permite uma certa flexibilização, para que possam ser incluídas (ou excluídas) algumas organizações, consideradas algumas das características nacionais (SALAMON e OUTROS, 1999).

O *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* já mostra, nesse ponto do comentário, dois problemas. Primeiro, a definição estrutural/operacional do qual nasce o recorte do universo inicial a ser pesquisado reduz excessivamente o número de organizações sem fins lucrativos a serem analisadas. Em segundo lugar – e por mais que os autores do projeto rejeitem essa crítica – aquela definição estrutural/operacional é, toda, absolutamente, referida ao “Terceiro Setor” norte-americano, distorção inicial que leva a distorções subseqüentes quando se analisam outras organizações em outros países.

Dado que os cinco critérios acima permitem que se incluam ou excluam organizações e permitem que se deixem à margem outros arranjos societários que poderiam fazer parte do

“Terceiro Setor”, vê-se que a definição estrutural/operacional de que se vale o *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, apesar de ser instrumento interessante para aproximar vários e diferentes “Terceiros Setores”, em todo o mundo, mais esconde do que revela. Dessa maneira é importante analisar outras teorias, mais inclusivas, sobre o setor não-lucrativo e que, em face dos modelos de análise dominantes, podem ser apresentadas como “teorias alternativas” para analisar o “Terceiro Setor”.

DEFINIÇÕES ALTERNATIVAS SOBRE O “TERCEIRO SETOR”

Adil NAJAM acompanha, de certo modo, a classificação em três setores e serve-se de três metáforas – do Príncipe, do Mercador e do Cidadão – para demarcar três conjuntos de organizações.(NAJAM, 1996) O primeiro desses conjuntos é formado de organismos estatais; Najam o identifica com o Príncipe, uma vez que cabe às organizações estatais manter a ordem social. Para atingir seus objetivos, o Príncipe usa a autoridade legítima e a sanção coercitiva a ele delegadas pela sociedade; o Príncipe representa os interesses da maioria (ou de grupos dominantes) e opera na esfera do sistema político. O segundo conjunto de organizações é identificado à figura do Mercador e corresponde ao mercado; as organizações, nesse conjunto, estão envolvidas nas atividades de produção de bens e serviços. O Mercador cumpre seus propósitos por meio de trocas econômicas negociadas e visa a maximizar lucros; representa os interesses individuais e opera na esfera do mercado. O terceiro conjunto de organizações corresponde ao Cidadão – o setor associativo voluntário; as organizações classificadas nesse conjunto são as que mais se ocupam com articular e realizar visões sociais. As organizações do conjunto que o autor identifica com o Cidadão atingem seus objetivos por meio de valores normativos partilhados entre os patronos, membros e beneficiários; nesse conjunto representam-se interesses marginalizados e o conjunto Cidadão opera na esfera da Sociedade Civil (NAJAM, 1996).

NAJAM criou essa metáfora para estabelecer conjuntos heterogêneos, numa classificação escolhida por ser a mais abrangente possível. Najam não faz qualquer tipo de distinção entre organizações, quer seja por tamanho, local, base financeira ou interesse substantivo. A teoria inclui países do primeiro e do terceiro mundo e tampouco faz qualquer tipo de reserva moral ou ideológica: a TFP (Tradição, Família e Propriedade) interessa à análise tanto quanto o MST (Movimento dos Sem-Terra). E é por ser muito inclusiva que a teoria de NAJAM não oferece mais do que um modo excessivamente simplificado de descrever e definir o fenômeno das organizações que não têm o lucro como único ou principal objetivo.

David Horton SMITH prefere discutir a lógica e os processos pelos quais o nome “Terceiro Setor” tem sido atribuído a diferentes organizações do setor não-lucrativo (SMITH,1991). O autor vê, com clareza, que quase todas as análises partem da idéia que o mundo social é tripartite. Mas, para ele, o principal ‘erro’ das teorias que se constroem a partir daí não está nisso, mas no fato de as teorias não considerarem uma “quarta” categoria que há no mundo social: *o setor doméstico* (SMITH, 1991). Na literatura tradicionalmente aceita em Economia, o setor doméstico sempre aparece associado ao setor privado (esfera do mercado), o que é erro porque o setor doméstico e o setor privado têm racionalidades e modos de ação diferentes. O setor doméstico envolve as relações familiares, de vizinhança e, para Smith, deve ser considerado setor à parte porque

... envolve um número grande de pessoas interagindo de um modo distinto (...) que inclui ajuda mútua e informal, independente se as pessoas moram juntas. As pessoas envolvidas nesse modo são membros de família, vizinhos e, de forma

mais restrita, conhecidos, colegas de trabalho, membros da comunidade e membros de grupos voluntários e outros contextos. (SMITH, 1991, p. 138).

Ao demarcar o mundo doméstico como setor específico, SMITH ‘desloca’ o mundo das organizações não-lucrativas, do terceiro para o quarto lugar e rearranja a ordem consagrada dos setores: mundo doméstico, mercado, Estado e setor não-lucrativo. Nesse novo arranjo, o que chamamos “Terceiro Setor” deixa de ser a esfera privilegiada das ações de caráter voluntário, uma vez que pode haver serviço voluntário também no setor doméstico.

Na mesma linha de argumentação, David BILLIS também defende que, para efeito de análise, incluam-se as relações domésticas entre os setores da sociedade que provêm o bem-estar (*welfare provision*) (BILLIS, 1989). Aí estaria, para BILLIS, o *mundo doméstico* – setor das relações domésticas –, que se define como a parte da sociedade na qual “os problemas sociais são resolvidos por parentes, amigos, vizinhos em caráter particular” (BILLIS, 1993, p.10). Os laços entre as pessoas que têm problemas e as pessoas que tentam resolvê-los “são baseados apenas em qualidades individuais tais como lealdade, afeição, amor, humanidade...” (BILLIS, 1993, p.11). As relações nesse campo são quase sempre não explícitas, informais e, algumas vezes, são difíceis de caracterizar. O setor não-lucrativo se situa em um outro mundo – o mundo associativo –, que tem intersecção com o mundo doméstico e com o mundo das organizações burocráticas; esse, por sua vez, subdivide-se em burocracias governamentais e burocracias privadas (BILLIS, 1993). Para BILLIS, embora o setor lucrativo construa-se a partir de uma lógica basicamente associativa, algumas organizações lucrativas se situam em zonas ambíguas, nas intersecções que há entre o mundo associativo, o mundo doméstico e o mundo burocrático, o que confere a elas um caráter ambíguo (BILLIS, 1993).

Adalbert EVERS prefere falar do Terceiro Setor como elemento de um conjunto, de um *mix* de *welfare* (EVERS, 1995). O Terceiro Setor é entendido aqui como uma área intermediária entre o mercado, o Estado e a comunidade; seria uma dimensão do espaço público, que se observa em diversas sociedades civis; e, portanto, seria mais uma área intermediária do que, propriamente, um setor definido. “O ‘terceiro setor’ deveria ser definido como um subespaço do espaço público nas sociedades civis, isso é, como um campo de tensão sem fronteiras muito definidas, no qual diferentes racionalidades e discursos coexistem e se interceptam” (EVERS, 1995, p. 161). As organizações do Terceiro Setor têm características polivalentes - incluindo fatores políticos e sociais - tão importantes quanto os papéis que essas organizações desempenham no mundo econômico. São organizações híbridas e mesclam recursos e racionalidades de diversos setores. Em ambientes de políticas públicas caracterizadas pelo “pluralismo”, enfatiza-se, no Terceiro Setor, a mistura sinérgica de recursos e de racionalidades e passam para plano secundário os processos de mera substituição de uns setores, por outros, para prover serviços e bens públicos.

Dentre as diversas explicações sobre o que é Terceiro Setor que apresentamos aqui, as teorias de BILLIS e EVERS são as que parecem potencialmente mais interessantes, para definir o espaço das organizações não-lucrativas, justamente porque não são teorias excessivamente exigentes e, assim, permitem que o fenômeno seja analisado sob uma perspectiva multidisciplinar; outros recortes possíveis – em especial o que fizeram os pesquisadores do *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* – privilegiam um único aspecto e tentam, a partir dele, explicar todo o fenômeno.

Uma vez que a bibliografia consultada não obriga ainda a quase nenhum rigor de terminologia, a partir desse ponto os termos “Terceiro Setor” e “Setor Não-Lucrativo” passam

a ser usados sem qualquer distinção, como se fossem perfeitamente equivalentes, apesar de não o serem.

A PESQUISA SOBRE TERCEIRO SETOR NO BRASIL

Para alguns autores (FALCONER, 1999 e COELHO, 2000), Rubem César Fernandes e Leilah Landim, pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER) são os pioneiros do uso da expressão Terceiro Setor, no Brasil. *Para Além do Mercado e do Estado* (LANDIM, 1993) e *Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina* (FERNANDES, 1994) são as primeiras referências de autores brasileiros que a maior parte dos pesquisadores citam quando tratam do termo “Terceiro Setor”.

Além de serem colegas no mesmo centro de estudos, LANDIM e FERNANDES possuem um passado de militância em ONGs, e sempre estiveram envolvidos com a temática das ONGs e dos movimentos sociais (LANDIM, 1988; FERNANDES e PIQUET CARNEIRO, 1991).

Ambos são responsáveis não só pela introdução do termo “Terceiro Setor” no Brasil, mas também por difundir a pesquisa do *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* no país: Leilah Landim é a pesquisadora-associada do projeto no Brasil.

Em *Para Além do Mercado e do Estado*, Landim apresenta o termo Terceiro Setor como uma das diversas denominações (*voluntary sector, third sector, charities, nongovernmental organizations, philanthropy, sociedade civil*) do setor não-lucrativo (*nonprofit sector*) (LANDIM, 1993). De fato, Landim não destaca o termo “Terceiro Setor” dos demais; há uma predominância sim do termo não-lucrativo (*nonprofit*) ou sem fins lucrativos, mas o termo “Terceiro Setor” é várias vezes utilizado como sinônimo de sem fins lucrativos. Esse trabalho de Landim tinha o objetivo de fazer um levantamento histórico do desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil. Segundo a autora, esse levantamento não foi fácil. A dificuldade residiu no fato de que o debate público sobre as questões relativas ao associativismo, ao trabalho voluntário e à filantropia empresarial só começou a ocorrer nos últimos anos. A ausência de debate em épocas passadas se justificaria porque a sociedade civil brasileira sempre se mostrou frágil ante o alto grau de centralismo do Estado brasileiro e à existência de um forte corporativismo. Além disso, a literatura sociológica e historiográfica no Brasil sempre rejeitou, por motivos ideológicos, o estudo de questões como o associativismo “não-político” e, principalmente, filantropia empresarial (LANDIM, 1993).

Além da evolução histórica, nesse trabalho de Landim fez um levantamento sobre a questão legal do universo sem fins lucrativos no Brasil, bem como um primeiro levantamento junto à Receita Federal sobre o perfil das organizações sem fins lucrativos no Brasil. Esse levantamento serviu como base para os trabalhos posteriores de Leilah Landim junto ao Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, do qual é pesquisadora associada.

Ainda sobre Landim, é interessante notar que, em situações mais recentes, a autora tem feito críticas ao uso do termo Terceiro Setor, em especial no Brasil (LANDIM e BERES, 1999; *Proposta*, 1999). Comentando o uso do termo “Terceiro Setor”, Leilah afirma:

Não possuindo qualquer densidade conceitual, tem certamente a vantagem de ser mais sugestiva quanto a concepções centrais em questão no debate, em que se chama a atenção para redirecionar o foco de discussões tradicionalmente levadas no campo do pensamento sociológico ou da economia política, onde o

privilegiamento (sic) do Estado e do mercado teria minimizado o protagonismo (sic) daquelas organizações na conformação das sociedades modernas (LANDIM e BERES, 1999, p. 8).

Além de verificar a falta de densidade conceitual do termo Terceiro Setor, ela critica a proliferação de termos no campo quando explica as transformações na relação entre Estado e Sociedade Civil:

É sintomático dessas transformações o surgimento de novos e estratégicos termos no mercado, nesse final de década, para designar fenômenos e questões ligadas ao chamado universo das organizações da sociedade civil. Terceiro Setor – mais uma importação – é talvez o mais significativo (*Proposta*, 1999, p. 30-1).

Landim critica o uso do termo Terceiro Setor como um elemento que oculta dinâmicas da sociedade.

...evocando não o conflito, mas a colaboração e a positividade da interação, o termo terceiro setor tende a esvaziar as dinâmicas politizadas que marcam, pela força das circunstâncias, a tradição associativista das últimas décadas e talvez da história do Brasil” (LANDIM, 1999, p. 9).

Por fim, Leilah critica a funcionalidade que pretendem atribuir ao setor.

De fato, freqüentemente a categoria terceiro setor é utilizada, implícita ou explicitamente, para produzir a idéia equivocada de que o universo das organizações sem fins lucrativos é espécie de panacéia que substitui o Estado no enfrentamento de questões sociais – como a resolução do problema do emprego, por exemplo. (LANDIM e BERES, 1999, p. 9).

Já *Privado porém Público* foi escrito com o apoio do CIVICUS (Aliança Mundial para a Participação dos Cidadãos) para ajudar na divulgação dos conceitos ligados ao associativismo. Trata-se, portanto, antes uma profissão de fé do que um livro com todos os rigores que o campo acadêmico exige. Mas, paradoxalmente, é uma das obras mais citadas nos meios acadêmicos brasileiros – sobretudo na área de Administração. Nesse livro, Rubem César Fernandes apresentou uma primeira definição de Terceiro Setor a partir de uma citação de Lester Salamon:

Embora a terminologia utilizada e os propósitos específicos a serem perseguidos variem de lugar para lugar, a realidade social subjacente é bem similar: uma virtual revolução associativa está em curso no mundo, a qual faz emergir um expressivo ‘terceiro setor global, que é composto de (a) organizações estruturadas; (b) localizadas fora do aparelho formal do Estado; (c) que não são destinadas a distribuir lucros aferidos com suas atividades entre os seus diretores ou entre um conjunto de acionistas; (d) autogovernadas; (e) envolvendo indivíduos num significativo esforço voluntário. (SALAMON, apud FERNANDES, 1994, p. 19).

A citação acima do conceito de Terceiro Setor de Salamon nada mais é do que a definição estrutural/operacional que mencionei anteriormente, e que foi desenvolvida apenas com o propósito de propiciar uma base comum para a comparação do Terceiro Setor em vários países, não como um conceito definitivo. Como FERNANDES não menciona na bibliografia a referência que usou, fica difícil saber se foi um erro na tradução ou não. De qualquer forma, essa definição, como foi apresentada por Fernandes, confundiu (e confunde) muitos

pesquisadores do Terceiro Setor, que fizeram (fazem) a mesma referência e acabam reduzindo muito o seu conceito.

De qualquer forma, Fernandes definiu Terceiro Setor com suas próprias palavras, identificando-o como:

...um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público. Enquanto a noção de uma ‘sociedade civil’ coloca-nos numa posição complementar e sistêmica ao Estado, a idéia de um ‘terceiro setor’ orienta a reflexão em outras direções, sem fronteiras definidas [...] Muitos não estão sequer registrados em qualquer instância jurídica. Trabalham à margem dos controles formais. Outros têm registro institucional, mas não distinguem entre os serviços com a clareza analítica que se espera das agências civis (FERNANDES, 1994, p. 127).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se mostrou nesse trabalho, “Terceiro Setor” é um termo guarda-chuva em que se incluem vários tipos de organizações e no qual, ao mesmo tempo, incluem-se também diferentes marcos teóricos.

O termo “Terceiro Setor”, que começou a ser utilizado na década dos 70, nos EUA, para designar o conjunto das organizações não-lucrativas, caiu em desuso nos anos 80 e ressurgiu na última década do século XX, beneficiado, principalmente pelo impulso que resultou da disseminação dos resultados do *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*. A disseminação desses resultados, contudo, não se deu por acaso nem se explica exclusivamente pelos méritos dos pesquisadores da *Johns Hopkins University*.

Nos anos 90 coincidiram várias agendas de vários organismos multilaterais (Banco Mundial, BID e outros), fundações internacionais, governos, empresas, algumas ONGs e universidades. Essa coincidência orquestrada de agendas visou a dar maior “visibilidade” ao setor não-lucrativo, proposto então, principalmente, como substituto possível ou, pelo menos, como parceiro do Estado, na função de agente da provisão social. Não deixa de ser interessante, portanto, perceber que é nesse período que a pesquisa sobre Terceiro Setor tem início no Brasil e que ela seja muito influenciada pelo trabalho da *Johns Hopkins University*.

BIBLIOGRAFIA

- ANHEIER, Helmut e SEIBEL, Wolfgang (orgs). *The Third Sector: comparative Studies of Nonprofit Organizations*. Berlin: Walter De Gruyter. 1990.
- ARCHAMBAULT, Edith. France. In: SALAMON, Lester e ANHEIER, Helmut. *Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- BIDET, Eric. *Economie sociale, nouvelle économie sociale et sociologie économique*. *Sociologie du Travail* 4, 2000, pp. 587-600.
- BILLIS, David. *A Theory of the Voluntary Sector*. London: Centre for Voluntary Organization (occasional paper). 1989.
- BILLIS, David. *Organising Public and voluntary agencies*. London: Routledge, 1993.
- BRENTON, Maria. *The Voluntary Sector in British Social Services*. London: Longman, 1985.
- CARROLL, Thomas. *Intermediary NGOs: the supporting link in grassroots development*. West Hartford, Co: Kumarian Press, 1992.
- CENTER FOR CIVIL SOCIETY STUDIES. *Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*. Disponível em: < <http://www.jhu.edu/~cnp> > Acesso em 12 jan 2002.

- CLARK, John. *Democratising development: the role of voluntary organisations*. London: Earthscan, 1991.
- COELHO, Simone. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: SENAC. 2000.
- COMMISSION ON PRIVATE PHILANTHROPY AND PUBLIC NEEDS. *Giving in America: toward a stronger voluntary sector*. Washington: COMMISSION ON PRIVATE PHILANTHROPY AND PUBLIC NEEDS, 1975.
- DIMAGGIO, Paul e ANHEIER, Helmut. The Sociology of nonprofit organizations and sectors. *Annual Review of Sociology*. 16, 1990, pp. 137-59.
- DOUGLAS, James. *Why Charity: the case for a Third Sector*. London: Sage, 1983.
- ETZIONI, Amitai. The Untapped Potential of the "Third Sector". *Business and Society Review*, No. 1 Spring 1972, pp. 39-44.
- EVERS, Adalbert. Part of the Welfare Mix: the thir sector as an intermediate área. *Voluntas* V.6 N.2, 1995, pp. 159-82.
- FALCONER, Andrés. *A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Tese de Doutorado apresentada a Universidade de São Paulo. 1999.
- FARRINGTON, John e BEBBINGTON, Anthony. *Reluctant Partners? NGOs, the state and sustainable agricultural development*. London: Routledge, 1993.
- FERNANDES, Rubem C. *Privado porém Público*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.
- FERNANDES, Rubem César e PIQUET CARNEIRO, L. *ONGs Anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio: ISER, Núcleo de Pesquisa. 1991.
- FISCHER, Joan. Is the iron law of oligarchy rusting away in the Third World? *World Development* V.22 N.2, 1994.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Combater a Exclusão. Editorial. 17 dezembro 1996.
- GARDNER, Katy e LEWIS, David. *Anthropology, Development and the Post-Modern Challenge*. London: Pluto Press, 1996.
- HADDAD, Fernando. Terceiro setor e economia solidária. *Folha de São Paulo*. 28 de dezembro de 1999, 1-3.
- HODGKINSON, Virginia e WEITZMAN, Murray. *Dimensions of the Independent Sector: A Statistical Profile*. Washington: Independent Sector. 1986.
- HULME, D. e EDWARDS, M. (eds.) *NGOs, states and donors: too close for comfort*. Basingstoke/New York: Macmillan. 1997.
- JAMES, Estelle. *The nonprofit sector in International Perspective*. New York: Oxford University Press, 1989.
- KORTEN, David. 1990. *Getting to the 21st Century: Voluntary action and the global agenda*. West Hartford, Conn: Kumarian Press.
- KRAMER, Ralph, GIDRON, Benjamin e SALAMON, Lester. *Government and the Third Sector: Emerging Relationships in Welfare States*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers. 1994.
- LANDIM, Leilah. *Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil*. Rio: ISER, Núcleo de Pesquisa. 1993.
- LANDIM, Leilah. *As Organizações Não-Governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LANDIM, Leilah e BERES, Neide. *As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos*. Rio de Janeiro: Nau. 1999.
- LEVITT, Theodor. *The Third Sector: new tactics for a responsive society*. New York: AMACOM, 1973.

LEWIS, David. *Bridging the gap? The parallel universes of the non-profit and non-governmental organisation research traditions and the changing context of voluntary action*. International Working Paper 1. London: Centre for Voluntary Organisation. 1998.

LIPIETZ, Alain. Anual Report 2001. *Alain Lipietz: depute européen*. Disponível em: <http://lipietz.net/article.php3?id_article=109> Acesso em 04 fev 2002.

LOHMANN, Roger. And a lettuce is nonanimal: Toward a positive economics of Voluntary Action. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. V. 18 N. 4, Winter, 1989, pp. 367-83.

MCCARTHY, Kathleen, HODGKINSON, Virginia e SUMARIWALLA, Russy. *The nonprofit sector in the global community: voices from many nations*. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.

NAJAM, Adil. Understanding the Third Sector: revisiting the prince, the marchand, and the citizen. *Nonprofit Management and Leadership*. V. 7 N. 2, 1996, pp. 203-19.

NIELSEN, Waldemar. *The Endangered Sector*. New York: Columbia University Pres, 1979.

NIELSEN, Waldemar. *The Third Sector: keystone of a caring society*. Washington: Independent Sector, 1980.

Proposta. Entrevista com Leilah Landim. Número 89. Junho/Agosto de 1999.

SALAMON, Lester e ABRAMSON, Alan. *The federal budget and the nonprofit sector*. Washington: Urban Institute Press, 1982.

SALAMON, Lester e ANHEIER, Helmut. *Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SALAMON, Lester e ANHEIER, Helmut. In search of the nonprofit sector I: the question of definitions. *Voluntas*, V.3 N. 2, 1992.

SALAMON, Lester e OUTROS. *Global Civil Society: dimensions of the nonprofit sector*. Baltimore: Johns Hopkins Center for Civil Society Studies. 1999.

SALAMON, Lester. The rise of nonprofit sector. *Foreign Affairs*. V. 73 N. 4, 1994, pp. 109-22.

SCHWARTZ, Gilson. Programa não prioriza tributação. *Folha de São Paulo*. Dinheiro. 17 novembro 1996. p-14.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SMILLIE, Ian. *The Alms Bazaar*, London: IT Publications. 1995.

SMITH, David Horton. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. V. 20 N. 2, Summer 1991, pp.137-50.

VAN TIL, Jon e OUTROS. *Critical Issues in American Philanthropy*. San Francisco: Jossey-Bass, 1990.

VAN TIL, Jon. Defining Philanthropy. In: VAN TIL, Jon e OUTROS. *Critical Issues in American Philanthropy*. San Francisco: Jossey-Bass, 1990, pp. 19-38.

WEISBROD, Burton. *Nonprofit Economy*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.